

Contas

Conselho Regional de Medicina Veterinária - CRMV/RS

Balço Financeiro Período: Jan/2007 a Fev/2007

Receita		Despesa	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	980.617,15	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	403.313,14
RECEITAS CORRENTES	980.617,15	DESPESAS CORRENTES	327.313,14
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	916.592,79	DESPESAS DE CUSTEIO	327.313,14
RECEITA PATRIMONIAL	3.797,91	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00
RECEITAS DE SERVIÇOS	11.508,03	DESPESAS DE CAPITAL	76.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	INVESTIMENTOS	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	48.728,42	INVERSOES FINANCEIRAS	76.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	RESERVAS	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00		
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00		
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	0,00		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00		
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	216.429,63	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	371.793,00
DIVERSOS RESPONSÁVEIS	0,00	DIVERSOS RESPONSÁVEIS	0,00
DEVEDORES DA ENTIDADE	95.526,12	DEVEDORES DA ENTIDADE	110.416,43
ENTIDADES PÚBLICAS DEVEDORAS	5.499,97	ENTIDADES PÚBLICAS DEVEDORAS	5.816,64
TÍTULOS FEDERAIS	0,00	TÍTULOS FEDERAIS	0,00
EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	0,00	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	0,00
DESPESAS A REGULARIZAR	17.733,47	DESPESAS A REGULARIZAR	15.758,66
DESPESAS JUDICIAIS	0,00	DESPESAS JUDICIAIS	0,00
RESTOS A PAGAR	0,00	RESTOS A PAGAR	145.196,58
SERVIÇOS DA DÍVIDA A PAGAR	0,00	SERVIÇOS DA DÍVIDA A PAGAR	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	8.972,97	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	7.449,24
CONSIGNAÇÕES	40.583,29	CONSIGNAÇÕES	39.211,37
CRÉDITOS DA ENTIDADE	3.828,77	CRÉDITOS DA ENTIDADE	4.861,37
ENTIDADES PÚBLICAS CREDORAS	42.043,91	ENTIDADES PÚBLICAS CREDORAS	41.012,67
DESPESAS DE PESSOAL A PAGAR	2.301,23	DESPESAS DE PESSOAL A PAGAR	2.270,14
DESPESAS DE SUPRIMENTO A COMPROVAR	0,00	DESPESAS DE SUPRIMENTO A COMPROVAR	0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	0,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	0,00
RECEITA NÃO CLASSIFICADA	0,00	RECEITA NÃO CLASSIFICADA	0,00
TRANSFERÊNCIAS PATRIMONIAIS	0,00	TRANSFERÊNCIAS PATRIMONIAIS	0,00
SALDOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	318.483,75	SALDOS PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	740.424,39
CAIXA	0,00	CAIXA	0,00
BANCOS-C/MOVIMENTO	38.204,09	BANCOS-C/MOVIMENTO	14.274,86
BANCOS-C/ARRECADACÃO	0,00	BANCOS-C/ARRECADACÃO	0,00
DISPONIBILIDADE EM TRÂNSITO	0,00	DISPONIBILIDADE EM TRÂNSITO	0,00
RESPONSÁVEL POR SUPRIMENTO	4.600,00	RESPONSÁVEL POR SUPRIMENTO	13.200,00
BANCOS-C/VINCULADA	0,00	BANCOS-C/VINCULADA	0,00
BANCOS-C/VINCULADA A APLICAÇÕES	275.679,66	BANCOS-C/VINCULADA A APLICAÇÕES	741.499,25
Total:	1.515.530,53	Total:	1.515.530,53

Porto Alegre - RS, 28 de Fevereiro de 2007

Air Fagundes dos Santos
Presidente
CRMV-RS nº 0305
CPF: 059.072.760-53Mauro Gregory Ferreira
Tesorero
CRMV-RS nº 1491
CPF: 217.802.770-91Milton Cesar B. Costa
Contador
CRC-RS nº 68617
CPF: 657.647.900-00

Nota da Comissão de Tomadas de Contas

No relatório anual de 2006, a Comissão de Tomadas de Contas do CRMV-RS aprovou as contas do exercício, salientando a gestão dos recursos neste período, que possibilitou o pagamento do empréstimo solicitado anteriormente ao CFMV, no valor de R\$ 150.000,00, devido ao déficit calculado em R\$ 450.000,00, encontrado em 09/09/2005, data da posse desta Gestão. Além disso, permitiu investimentos para a modernização dos recursos de informática (hardware e software), aquisição de veículos e a realização de concurso público para fiscais e agentes administrativos.

Os fiscais efetivados, hora em treinamento, serão lotados nas regiões de Caxias do Sul, Ijuí e Santana do Livramento. O aumento do número de 6 para 9 fiscais possibilitará a redução da área atuação de cada um para um raio de 200 km, diminuindo custos e tempo de deslocamento, o que permitirá o aumento do número de visitas a cada estabelecimento durante o ano, qualificando o serviço prestado por este Conselho.

A decisão pelo fechamento das Secretarias de Caxias do Sul e Ijuí foi tomada após a avaliação da relação custo/benefício das mesmas, durante o ano de 2006, quando foi constatado que eram prestados em média 2 a 3 atendimentos ao mês, com um custo aproximado de 100 anuidades de pessoa física ao ano.

Em fevereiro de 2007 foram adquiridas duas salas, que serão destinadas ao Setor de Ética, recentemente criado, e à ampliação da Secretaria Geral.

O total da receita ao final de fevereiro do corrente ano foi de R\$ 980.617,15 correspondendo a 30,64% da previsão orçamentária. O montante em caixa é de R\$ 756.057,61. As despesas atingiram neste período o valor de R\$ 403.313,14 perfazendo 12,60% da previsão orçamentária e 41,12% da arrecadada.

Veterinária
& Zootecnia

ANO XIII - Nº 56 - Jan/Abr de 2007.

Estados reivindicam mudança no repasse ao Conselho Federal de Medicina Veterinária

Representantes de oito Conselhos Regionais de Medicina Veterinária decidiram reivindicar mudanças no repasse anual feito ao Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV). Os estados defendem que parte dos 25% descontados da receita retome em financiamentos de projetos de custeio e investimento. A resolução foi tomada na 3ª Reunião Administrativa dos CRMVs da Região Sul, em março, em Foz de Iguaçu (PR). Além de

Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, participaram São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

O presidente do CRMV-RS, Air Fagundes dos Santos destaca que a arrecadação desse grupo corresponde ao percentual significativo do PIB do Sistema CFMV-CRMVs. Somente o RS repassou R\$ 800 mil ao Federal em 2006. No país, o montante ultrapassou os R\$ 10 milhões no mesmo período.

O Secretário-Geral do CRMV-RS, José Arthur Martins, sugere que os recursos sejam direcionados para ações de marketing e ampliação da fiscalização. Os participantes do encontro defendem que o repasse mínimo seja de 10%. Para que haja modificação, é preciso que o CFMV aprove a sugestão e altere a Lei nº 5.517. O estabelecimento de convênios seria uma forma de ressarcimento sem alteração da lei.

Pág. Central



Pressão no STF para derrubar a Adin contra a Lei 11.000

Pág. Central

CRMV mobilizado para a vinda da Cosalfa para Capital

Página 03

Editorial

O CATACLISMO

No lugar de apocalipse, vocábulo desgastado pelo tempo, vamos dar preferência ao termo cataclismo, a grande encruzilhada que atravessa a humanidade pelo aquecimento global. Aliás, contida no último livro do Novo Testamento e atribuída a São João, o Evangelista, profetizando "o fim do mundo" como a grande revelação.

Diz um adágio do senso comum, muito explorado pela música popular, "que tudo que nasce tem fim", que muito bem complementa o que disse Evangelista. Nessa caminhada apocalíptica, os primeiros passos foram dados pela nova sociedade nascida no Séc.VI a.C, na Grécia antiga, sob o manto da metafísica, contada pelo filósofo grego Aristóteles. A nova matriz social, ansiosa por "entender o mundo que a cercava", prosseguiu sua inexorável caminhada para a destruição do meio ambiente, em nome do progresso, esquecendo de olhar para trás e para frente, e muito menos para os lados, numa série de ações que desequilibraram o mundo. Assim caminhou essa humanidade, até os dias atuais, deixando um rastro de problemas ambientais que hoje compromete a qualidade de vida dos seres no Planeta Terra.

Chegamos aos tempos dos nossos mais próximos antepassados e parte do nosso próprio, aos séculos 18, 19 e 20, dos combustíveis extraídos de jazidas "inesgotáveis": carvão mineral fonte de energia, mas também de dióxido de carbono responsável pela "chuva ácida"; petróleo, o chamado "ouro-negro" - o grande poluidor. Chegamos, finalmente, ao Portal do Século 21, mundo dos nossos filhos e netos, após termos

sobrevivido, de 1970 a 1985, aos efeitos da Revolução Verde. Aumentamos a produtividade em 17%, mas em contrapartida envenenamos o ecossistema com inseticidas, fungicidas e herbicidas. Aumentou também o êxodo rural, a favelização e a migração do lucro do setor primário para a agroindústria. Nos primeiros anos do Novo Século, a espécie humana mundial despejava na natureza 30 bilhões de toneladas de lixo a cada 24 horas. Esgotadas as suas condições, mesmo com seus 3,6 bilhões de hectares, de atender o consumo mundial de quase 2 bilhões de toneladas de alimentos por ano, segundo a FAO.

Portanto, essa luta em defesa do meio ambiente é de todos, já que a inteligência humana, através do conhecimento científico, não foi suficiente para evitar que o cataclismo chegasse. Se faz necessário o envolvimento dos médicos veterinários e zootecnistas no repensar dos sistemas de produção e no auxílio a educadores na formulação de projetos que visem formar profissionais conscientes e comprometidos com a sustentabilidade do Planeta. Como fez o senador Jonas Pinheiro, médico veterinário, que, em 2001, pediu para o Brasil não ampliar as taxas de desmatamento.

A Bíblia, como livro de cabeceira, lembra que "os hebreus andaram 40 anos pelo deserto antes de chegar a terra prometida", não queremos que as gerações futuras tenham que vagar pela eternidade à procura da terra que um dia oferecia tudo e a humanidade não soube preservar para seus filhos.

Air Fagundes dos Santos
Presidente do CRMV-RS



EXPEDIENTE

O jornal Veterinária & Zootecnia é um veículo de divulgação da classe dos médicos veterinários e dos zootecnistas, editado pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária do RS (CRMV-RS).

Diretoria Executiva do CRMV/RS

Presidente
Air Fagundes dos Santos

Vice-Presidente
Maria Helena Amaral

Secretário-Geral
José Arthur de Abreu Martins

Tesoureiro
Mauro Gregory Ferreira

Conselheiros efetivos
Eldi Lotar Dickel, Hélio Tassinari dos Santos, Maristela Lovato Flores, Vera Lucia Machado da Silva, Carlos de Lima Silveira e José Braz Mariosi

Conselheiros suplentes
Ana Mirtes de Souza Trindade, Rosane Maia Machado, Rodrigo Marques Lorenzoni, Margarete Maria Paes Ieslich, Juliana Iracema Milán e Angélica Pereira dos Santos

Projeto Gráfico/Impressão
Dipapel Indústria Gráfica Ltda
Fone: (51) 3325-2537

Jornalista responsável
Patricia Meira Cardoso

Charge
Med. Vet. Hudson Barreto Abella

Tiragem
13 mil exemplares

Endereço para correspondência

CRMV/RS - Fone/fax: (51) 2104-0566
Rua Ramiro Barcelos, 1793 - 2º andar
Conj. 201 - Bom Fim - Porto Alegre - RS
CEP: 90035-006
E-mail: crmvrs@cmvrs.gov.br

Endereço Secretarias Regionais

Secretaria Pelotas
Rua Andrade Neves, 2077/402
CEP: 96020-080
Fone/fax: (53) 3227-0877 - Márcia
Email: crmv-rspelotas@via-rs.net

Secretaria Passo Fundo
Rua General Osório, 1204/602
CEP: 99010-140
Fone/fax: (54) 3317-2121 - Mi chele
E-mail: crmv-rsspofundo@via-rs.net

Secretaria Santa Maria
Rua Appel, 475 - Prédio do Sindicato Rural
Cep: 97015-030
Fone/fax: (55) 3223-6824 - Zulema
E-mail: crmv-rssantamaria@via-rs.net

Secretaria Santana do Livramento
Av. 13 de Maio, 333
Cep: 97573-500
Fone/fax: (55) 3244-1940
E-mail: livramento@cmvrs.gov.br

www.crmvrs.gov.br

Notícias

Silvicultura muda matriz produtiva de Encruzilhada

O próximo Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a ser realizado no mês de maio, em Encruzilhada do Sul deve confirmar a mudança da matriz produtiva no município. A silvicultura assumirá a liderança na arrecadação de ICMS, ultrapassando a bovinocultura de corte. O novo perfil já foi detectado em levantamentos da Secretaria Municipal da Fazenda. Atualmente, a área com florestas soma 70 mil hectares de eucaliptos, acácia e pinus. O secretário Municipal de Agropecuária e Abastecimento (SMAA), Francisco Belizário da Silva Filho, explica que a exploração da atividade começou bem antes da atual onda de investimentos no Estado, há mais de 20 anos, e configurou-se como importante dentro da política de diversificação de Encruzilhada do Sul.

Conhecida como maior produtora de melancia do Estado, Encruzilhada desponta na fruticultura e projeta expansão. Um dos exemplos é a amora, fornecida para indústrias gaúchas e paulistas para a fabricação de geléias e sucos em polpa. A previsão para a próxima safra é de uma colheita de 100 toneladas da fruta, um crescimento de 20% em relação ao ano passado. Os parreirais também se espalham pelo município. São mais de 300 hectares para a produção de uvas destinadas à produção de sucos e vinhos de mesa. "A diversificação é o que realmente sustenta o município", sintetizou Belizário.



Foto: Divulgação da Secretaria Municipal de Encruzilhada do Sul

A SMAA possui em seu Departamento Técnico um profissional cuidando do setor específico da fruticultura, disponibilizando aos produtores orientação desde a implantação de pomares até a comercialização. Já foram executados vários projetos na área, como aquisição de mudas e equipamentos de irrigação para repassar aos produtores. Atualmente, um grupo de produtores de amora está sendo beneficiado com a disponibilização de uma câmara de congelamento com capacidade para 15 toneladas de fruta. A exploração da fruticultura teve início na década de 1970, quando, através de incentivos fiscais, empresas apostaram em pomares de maçã e pêssego. Além disso, na mesma época Clemente Cechet, originário da Serra Gaúcha, iniciou o cultivo da videira. Foram formados pouco mais de 100 ha. A área ficou estagnada por vários anos. A partir de 1990, grupos de pessoas que trabalhavam nessas empresas tomaram a iniciativa de plantar pequenos pomares de pêssego e maçã.

Em 1997, surge o Programa de Fruticultura Irrigada da Metade Sul. Empolgado com a idéia, o agrônomo Alvarez Batistella engajou-se e buscou recursos para fomentar a atividade.

Economia baseada no setor primário

Tendo sua economia baseada no Setor Primário, Encruzilhada do Sul possui uma base leiteira organizada que fornece matéria-prima para o laticínio existente no município, sendo que o excedente é comercializado para as indústrias do setor. O meio rural ainda conta com projetos de aprimoramento genético e confinamento de gado de corte. Parcerias com órgãos governamentais foram firmadas buscando o desenvolvimento da suinocultura, piscicultura e apicultura, que já produz mais de 150 ton/ano, sendo que a maior parte desse produto é beneficiada no município através do entreposto da Associação dos Apicultores. Já a cadeia produtiva de ovinos também apresenta forte tendência de recuperação.

O município realiza o Festival Estadual da Ovelha, sugerindo modificações na política de mercado e melhoramento genético dos rebanhos de ovinos. O rebanho ovino, que já foi de 16.000 cabeças, hoje conta com 63.000. Expressivas são também as criações de búfalos, caprinos, eqüinos e javalis. A produção pecuária do município está estimada em 154.000 cabeças, predominando as cruzas das raças Charolês e Devon. Encruzilhada do Sul tem como suporte técnico nesse processo de desenvolvimento e sustentação de seus rebanhos, a Cooperativa Agropecuária Mista - COOPAMES, Rede de Lojas de Agropecuária especializadas no Setor, além da estrutura oferecida pela Secretaria de Agropecuária e Emater.

Indústria veterinária latino americana fará evento na Capital

Porto Alegre prepara-se para sediar um dos maiores eventos da indústria veterinária da América Latina. Pela primeira vez, a Capital será palco da FEBRAPET - Feira Brasileira de Produtos e Serviços para Animais de Companhia e do Simpósio Internacional de Dermatologia Veterinária. Os eventos ocorrem de 9 a 11 de novembro de 2007, no Centro de Eventos da PUCRS, Porto Alegre. A estimativa dos organizadores é contar com pelo menos 100 expositores. O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Rio Grande do Sul (CRMV-RS) e a PATRONALVET/RS apoiam o evento, lançado em dezembro passado, no Hotel Plaza São Rafael.

Curtas

ZOOTECNIA - A zootecnia frente a novos desafios é o tema do ZOOTE, que ocorre de 29 de maio a 01 de junho em Londrina (PR). O encontro abordará as modificações pelas quais a profissão passou desde a sua criação há 41 anos. Em 2007, a comemoração alusiva ao Dia do Zootecnista - 13 de maio - ocorre em Santa Maria, no dia 18 do mesmo mês, com jantar e entrega de prêmios a personalidades que se destacaram no exercício profissional no RS. Informações: (51) 9823-6427 ou (55) 9977-4673.

SISBOV - O novo Serviço de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos (Sisbov) segue em ritmo lento de implantação. O Ministério da Agricultura informou que apenas 189 propriedades conseguiram a aprovação para funcionar no modelo de rastreamento. No total, as fazendas somam 99,8 mil animais. Na fila, há pedidos de 2.236 propriedades, que somariam 1,5 milhão de cabeças, diz o diretor de Sistemas de Produção e Sustentabilidade do Ministério, Paulo Nogueira.

Notícias

PUCRS planeja reformular curso de Veterinária em 2008

Projeto prevê ampliação do currículo do curso e a introdução de disciplinas



Nova proposta estabelece aulas de Bem-Estar Animal

A coordenação do Curso de Medicina Veterinária da Faculdade de Zootecnia, Veterinária e Agronomia (FZVA) da PUCRS Uruguiana está elaborando um projeto de mudança curricular para entrar em vigor em 2008. A intenção é ampliar em um semestre o período do curso, atualmente com duração de quatro anos e meio. A última reforma curricular ocorreu em 2002. A mudança tem como objetivo aumentar a carga horária de aulas práticas, tornando possível proporcioná-las a partir do primeiro nível. Atualmente, isso só ocorre a partir do terceiro nível.

O coordenador do Curso de Medicina Veterinária da FZVA, Saulo Tadeu Lemos Pinto Filho, argumenta que, apesar de 80% dos alunos serem filhos de empresários rurais, muitos são oriundos do meio urbano e de outros estados e países, o que determina a necessidade de um conhecimento mais intenso do dia-a-dia numa propriedade rural. Com a ampliação, também se abrirá mais espaço

para os estágios a partir do quinto nível, pois as aulas passariam a ocupar somente um turno.

O projeto de reformulação prevê a criação da disciplina específica de Bem-Estar Animal. A FZVA já conta inclusive com um especialista no assunto, Sandro Ferrão. Também está prevista a introdução de disciplinas eletivas, com temas livres no semestre, tratando de assuntos sanitários que estejam dominando a cena no setor primário naquele momento. Com 120 alunos, a faculdade busca aprimoramento. "Temos o objetivo de formar um profissional que busque atualização permanentemente." Após ser concluído, o projeto precisa passar pela aprovação do Departamento de Medicina Veterinária, do Conselho Departamental - composto pelos coordenadores de curso -, e pela Câmara de Graduação do Campus Central da PUC, em Porto Alegre.



Graduandos poderão ter maior experiência a campo

Uruguiana intensifica convênio com empresas e instituições educativas

Nos últimos anos, a PUCRS Uruguiana vem intensificando a contratação de convênios com empresas e universidades que permitem cooperação técnica e profissionalização dos estudantes através de estágios. Conforme o coordenador do Curso de Medicina Veterinária da FZVA, Saulo Tadeu Lemos Pinto Filho, neste ano devem ser fechadas novas parcerias. Há pelo menos 20 convênios em andamento, entre eles o desenvolvido junto à Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (Fepagro).

Assinado em 2005 e iniciado em 2006, o convênio tem ainda uma preocupação social. Os acadêmicos carentes dos cursos de Ciências Agrárias da PUCRS Uruguiana que estejam no estabelecimento mantido pela Fepagro no município tem direito a alojamento gratuito. No local, projetado para receber até 20 estudantes, há infraestrutura de água, gás e energia elétrica. Os estágios são realizados preferencialmente nas áreas de pesquisa desenvolvidas no Centro de Pesquisa como a formação e adaptação da raça Girolando, práticas de manejo para o controle do capim Annoni e integração da lavoura orizícola com pecuária, entre outras.

Convênios

Embrapa Clima Temperado - Quintais Orgânicos de Frutas

Implantação e realização de pesquisas em doze espécies frutíferas, no pomar didático-experimental do Campus Uruguiana, visando as suas adaptações para a região da Fronteira Oeste.

PUCRS & GAP Genética

Melhoramento da raça Angus e geração de informações sobre o seu desempenho no sistema extensivo de produção. Os animais produzidos pelo plantel da parceria serão registrados no Herd-Book Collares (ANC) sob o afixo PUCRS & GAP.

PUCRS & TOPASS

Melhoramento da raça Hereford. Os animais produzidos pelo plantel da parceria serão registrados no HERD-BOOK COLLARES sob o afixo PUCRS & TOPASS.

Condomínio Cabanha Touro Passo

Desenvolvimento de projetos na área de agrobiodiversidade.

Agro Norte Pesquisa e Sementes (ANPS)

Convênio para a integração técnico-científica tem por objetivo formalizar as condições básicas para a realização de estágio curricular junto a ANPS.

Alta Genética do Brasil Ltda e C.O.R.T

Implantação do sistema de treinamento de mão-de-obra especializada, através de cursos para a execução de programas de inseminação artificial

Brigada Militar - 1º BPAF

Apoio técnico aos animais pertencentes ao 1º Batalhão de Policiamento de Área de Fronteira.

Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural - CEDEJOR

Promoção de programas de interesse acadêmico recíproco.

Conservas Oderich S/A

Integração técnico-científica tem por objetivo formalizar as condições básicas para a realização de estágio curricular junto à empresa Conservas Oderich S/A.

Cooperativa Regional Alfa

Treinamentos nas bases físicas e laboratórios das duas instituições.

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa - Pelotas)

Complementação educacional aos alunos

Fundação Maronnia

Implantação e condução de ensaio de Valor de Cultivo e Uso de Azevém.

Notícias

Conselho de Medicina Veterinária apóia vinda da Cosalfa para o RS

Criação da Agência de Defesa Agropecuária foi apresentada à entidade

Porto Alegre irá sediar a reunião da Comissão Sul-Americana de Luta Contra a Febre Aftosa (Cosalfa) em 2008, promovida pelo Panafosa. A 35ª edição acontecerá em março, em Porto Alegre, que recebeu o evento pela última vez em 1999. As diretorias do CRMV-RS e da Sociedade de Veterinária do Rio Grande do Sul (Sovergs) aprovaram a proposição do deputado estadual Jerônimo Goergen (PP), apresentada na plenária do Conselho, antes do parlamentar embarcar para Caracas, na Venezuela, ondeacompanhou a 34ª edição do evento, em março passado.

Sobre a criação do Grupo de Trabalho que discute a atualização das leis de defesa sanitária do Estado e a necessidade da criação de novas legislações, a Sovergs e o CRMV demonstraram interesse em aprofundar os debates. Na sessão plenária do Conselho, o deputado Jerônimo Goergen apresentou as necessidades de remodelação das leis e ouviu as proposições sobre a qualificação do status sanitário gaúcho.

O parlamentar reiterou a criação de uma Agência de Defesa Agropecuária, na qual sejam priorizadas as ações sanitárias, iniciativa apoiada pelo CRMV-RS. "O Rio Grande do Sul é um dos quatro estados exportadores que não possui esta estrutura. A reestruturação e qualificação em sanidade vão ganhar em reconhecimento interna-

cional e abertura de novos mercados", destaca Goergen. O projeto de criação da agência está, desde o ano passado, na Secretaria da Fazenda. Para a vice-presidente da Sovergs, Marilisa Petry, "uma estrutura de Agência de Defesa Agropecuária vai valorizar o veterinário e o zootecnista. Já o presidente da entidade, Gilson de Souza, salientou a importância da fiscalização como garantia à saúde pública da população e combate à sonegação fiscal. "Precisamos incentivar o trabalho de inspeção municipal. Desta forma, iremos estar contribuindo para a proteção ao consumidor e aumento de arrecadação para as ações de defesa".

Para o presidente do CRMV, Air Fagundes, que coordenou a plenária, as legislações ultrapassadas e a falta de algumas leis específicas são as principais dificuldades dos profissionais. "O Conselho Regional de Medicina Veterinária tem 11



Jerônimo Goergen (e) explicou importância da Agência de Defesa Agropecuária para o RS

servidores trabalhando exclusivamente na fiscalização profissional em cerca de 7 mil empresas no Estado. Nossa prioridade em discussão a partir desse ano, além das atribuições recorrentes, é a ampliação dos debates e ações para a defesa sanitária. Portanto, o funcionamento de uma Agência de Defesa Agropecuária precisa vir com a valorização dos veterinários e zootecnistas". Segundo o Chefe de Fiscalização e Defesa Sanitária Animal da Secretaria Estadual da Agricultura, Fernando Groff, "a evolução do status sanitário gaúcho será um processo natural, até que conquistemos o reconhecimento de livre de febre Aftosa sem vacinação."

Serviço de fiscalização amplia frota no Rio Grande do Sul

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Rio Grande do Sul (CRMV-RS) ampliou sua frota de seis para nove veículos, com objetivo de agilizar o deslocamento de fiscais e o atendimento de denúncias. Foram investidos R\$ 109.2 mil na aquisição de dois carros modelo Palio e um Fiat Doblô. Conforme o supervisor de Fiscalização, Lauro César Kochenboger, a compra permitirá autonomia na fiscalização nas regiões das delegacias do CRMV-RS nos municípios de Caxias do Sul, Ijuí e Santana do Livramento, onde atuaram os fiscais selecionados em concurso público e treinados nos últimos 90 dias.

Além disso, o CRMV-RS encaminhou uma solicitação de empréstimo, a fundo perdido, de R\$ 100 mil ao Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV), para a compra de mais três veículos. Um deles já foi



Três novos veículos garantirão maior eficiência na inspeção estadual

garantido durante encontro em Brasília, no último dia 2, com o presidente do CFMV, Benedito Arruda. O veículo deve ser adquirido o mais breve possível, adiantou o presidente do CRMV-RS, Air Fagundes dos Santos. A diretoria aguarda agora um retorno do Federal sobre o restante do pedido. Fagundes acredita

que, após a confirmação do repasse integral, a fiscalização gaúcha alcançará infra-estrutura compatível à demanda. O Doblô será utilizado prioritariamente para o deslocamento de funcionários e diretores envolvidos na promoção de eventos do Conselho, o que deve reduzir custos de combustível, pedágio e diárias.

A fiscalização gaúcha é uma das mais avançadas no país e tem servido de modelo para outros Estados, como Santa Catarina. Os estados do Sul buscam, desde o ano passado, aumentar a padronização de procedimentos. O chefe do Setor de Fiscalização do CRMV-RS, José Pedro Martins, afirma que 95% dos procedimentos estão padronizados no Sul do país. Contudo, ainda há disparidades como, por exemplo, os prazos estipulados para atuação e defesa de empresas.

Eventos

Erechim sedia Seminário de Sanidade e Saúde Pública

Doenças que ameaçam o agronegócio brasileiro foram debatidos no Alto Uruguai



Primeiro evento do CRMV no Interior em 2007 reuniu mais de 60 profissionais da área

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Rio Grande do Sul (CRMV-RS) promoveu, em 30 de março, o 2º Seminário de Sanidade Animal e Saúde Pública de Erechim. O debate ocorre no auditório do Sindicato Rural de Erechim. Este foi o primeiro evento do CRMV-RS em 2007 no Interior do Estado. Até dezembro, estão previstos outros nove seminários de sanidade. Conforme o presidente do CRMV-RS, Air Fagundes dos Santos, serão debatidas doenças e zoonoses

não somente à produção, mas à qualidade dos produtos que chegam à mesa do consumidor. Neste primeiro momento de implantação do PNCEBT, 660 veterinários foram treinados no RS e 200 destes estão habilitados para o diagnóstico das infecções e atuação na certificação de estabelecimentos de criação como livres das doenças ou monitorados. Vidal salienta que o Brasil tem avançado no combate com a padronização de procedimentos e uma interação maior entre os

que colocam em risco à saúde pública e ameaçam o agronegócio. Em Erechim, o Programa Nacional de Erradicação da Tuberculose e Brucelose Animal foi um dos temas.

O médico veterinário Carlos Vidal, coordenador do programa no Estado, alerta que as zoonoses causam prejuízos

setores privado e público na definição do destino dos animais reagentes-positivos.

A coordenadora do Programa de Sanidade Avícola do Mapa/RS, Ana Lúcia Stephan, falou sobre Newcastle e Influenza Aviária, popularmente conhecida como gripe aviária. Ela enfatiza que, apesar da contínua evolução técnico-científica, do redobramento dos cuidados sanitários, das novas formas de prevenção e da combinação de esforços técnicos e políticos, nenhuma avicultura do mundo está imune às doenças aviárias. A especialista avalia que, talvez, não tenha havido aumento na ocorrência das doenças e sim a conscientização sobre a necessidade de notificação e da melhoria dos métodos de diagnósticos. O bem-estar animal também foi tratado no encontro. O consultor do Frigorífico Mercosul, Rafael Renner, ressalta que o manejo adequado e a sangria dos animais influenciam diretamente na qualidade da carne comprada pelo consumidor.

A palestra do médico veterinário David Driemeier ressaltou a importância da conscientização da comunidade sobre a causa do Mal da Vaca Louca, além de preocupações com saúde pública e restrições sanitárias impostas por países produtores de carne.

Setor de Ética centralizará a análise de processos e denúncias

Começou a funcionar, no mês de março, o Setor de Ética do CRMV-RS, que passou a centralizar análise de processos e denúncias encaminhadas contra profissionais da Medicina Veterinária e também da Zootecnia. Conforme a vice-presidente e coordenadora da Comissão de Ética, Maria Helena do Amaral, a mudança na sistemática aperfeiçoará o andamento das ações e reduzirá o risco de comprometimento do sigilo relativo à identidade dos suspeitos de envolvimento em atos irregulares. O setor conta com auxiliar administrativo e advogado exclusivos. Atualmente, há cerca de 60 denúncias a serem verificadas e sendo apuradas, além de oito processos em curso. O presidente do CRMV-RS, Air Fagundes dos Santos, salienta que a criação do Setor de Ética é uma antiga demanda.

As denúncias devem ser encaminhadas sempre através de formulário próprio para denúncias disponibilizado no link formulários do site do Conselho. O formulário deverá ser preenchido com o máximo de detalhes, anexando documentos comprobatórios dos fatos relatados (recibos, fotos, anúncios, receitas) e assinado pelo denunciante. Maria Helena salienta que as denúncias recebidas tramitam em caráter sigiloso e que devem ser entregues ou enviadas ao endereço do Conselho Regional em envelope fechado constando a palavra "CONFIDENCIAL". Quando a denúncia for referente a estabelecimento sem registro, responsável técnico, condições de funcionamento ou qualquer outra irregularidade, deverá ser encaminhada diretamente ao Setor de Fiscalização ou através do e-mail fiscalizacao@crmrvs.gov.br.

CRMV-RS apresenta restrições à retirada da vacina contra aftosa

A intenção do governo estadual em retomar a discussão sobre a suspensão da vacinação do rebanho gaúcho contra a febre aftosa, tendo como objetivo pleitear o status sanitário de livre da doença sem vacinação, enfrenta restrições do CRMV-RS. O fim da imunização está em análise na Secretaria da Agricultura (SAA). Em 2000, o RS conquistou o status de livre de aftosa sem vacinação e retirou a imunização. No mesmo ano, foram registrados focos no município de Jóia. Em 2001, a vacinação foi retomada devido à ocorrência de casos no Uruguai. Um programa estratégico de contingência, estruturação de laboratórios e imunização em massa por dois anos estão entre as ações a serem desenvolvidas para suspender a imunização, enumerou José Arthur de Abreu Martins, Secretário-Geral do CRMV-RS, ao término da plenária que contou com a presença de José Severo, diretor Técnico do Ministério da Agricultura no Rio Grande do Sul (Mapa/RS).

Severo explicou que o RS registrou cobertura de apenas 30% no refoço da vacinação em 2006. Para Severo, o procedimento poderia ser adotado, talvez, a partir de 2009. "É temerário, pois não estamos cumprindo esse cheque list, disse Severo, ao lembrar ainda que o procedimento precisa ser conjunto com o Uruguai". Para o presidente do CRMV-RS, Air Fagundes dos Santos, defende a discussão de propostas de uma ação articulada entre os Estados e o governo federal para ajudar a implantar um sistema de vigilância e defesa sanitária nas fronteiras brasileiras de acordo com as exigências da OIE. Hoje, apenas Rio Grande do Sul, Rondônia e Acre são considerados áreas livres de febre aftosa com vacinação.

Eventos

Programa Colaborador reúne funcionários e estagiários

Encontro objetiva melhorar o desempenho setorial e promover a integração

Ocorreu no mês de março, em Porto Alegre, a primeira Reunião Administrativa dos Setores do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Rio Grande do Sul (CRMV-RS). No total, 47 profissionais e estagiários da Capital e do Interior participaram da primeira edição do Programa de Integração do Colaborador CRMV-RS. Durante todo o dia, foram desenvolvidas atividades de esclarecimento sobre as principais atividades desenvolvidas pelo Conselho, com o objetivo de maximizar os resultados no trabalho diário, explicou o chefe do Setor de Fiscalização, José Pedro Martins. A vice-presidente Maria Helena do Amaral abriu oficialmente o encontro e falou sobre a importância da ética.

O Programa de Integração do Colaborador foi criado com a meta de proporcionar a antigos e novos servidores o desenvolvimento de competências necessárias sobre o Conselho a fim de amenizar desgastes operacionais e financeiros, entre outros. O Centro de Integração Empresa Escola (CIEE) fez uma exposição sobre os estágios em geral. Já a Unimed expôs o plano de saúde disponível para o quadro funcional e o Banco Alfa apresentou serviços diferenciados para servidores do CRMV-RS. Durante a jornada, os participantes conferiram ainda palestras sobre a responsabilidade técnica no exercício profissional.

CRMV inicia descentralização

A Secretaria Geral descentralizou diversas atividades relativas ao interesse dos profissionais e empresas registrados junto ao CRMV-RS desde o dia 2 de abril. Praticamente todos os serviços estão sendo prestados também pelas secretarias de Santa Maria, Pelotas e Passo Fundo, com objetivo de agilizar o atendimento de médicos veterinários e empresas. Os detalhes foram acertados com os servidores do Interior em Porto Alegre, onde também ocorreu a primeira avaliação dos quatro fiscais contratados em fevereiro.

O encontro da fiscalização encerra a primeira fase de treinamento desses profissionais. Posteriormente, cada um cumprirá um roteiro acompanhado de um supervisor, que verificará se eles já possuem condições de atuar sozinhos. Em caso de reprovação, haverá um novo período de capacitação. Segundo o chefe do Setor de Fiscalização, José Pedro Martins, em 5 de maio encerra-se o período de experiência. Quem não for aprovado, não assu-



Fiscais aprovados em concurso passam por treinamento na Capital

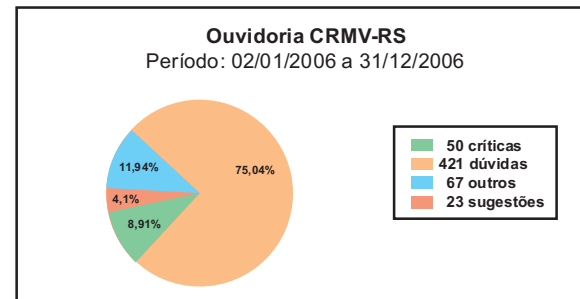


Interior amplia a prestação de serviço a profissionais e empresas

mirá a vaga. Os fiscais atuarão nas regiões de Ijuí, Santana do Livramento, Caxias do Sul e Porto Alegre.

Ouvidoria registra 561 consultas em 2006

O Setor de Ouvidoria do CRMV-RS registrou um total de 561 consultas em 2006, uma média de 46,75 ao mês. O levantamento anual apontou que 75,04% dos contatos foram motivados por dúvidas. As críticas representaram apenas 8,91%, percentual destacado como positivo pelo presidente Air Fagundes dos Santos. O serviço, implantado pela atual gestão, visa medir a satisfação e melhorar o atendimento do público externo. Além do e-mail ouvidoria@crmrvs.gov.br, o usuário pode utilizar o telefone (51) 2104-0559. Também há alternativa de envio de correspondência, por meio dos Correios para a sede do CRMV-RS, na rua Ramiro Barcelos, 1793/201, bairro Bom Fim, em Porto Alegre.



Queda da multa por atraso não muda perfil de pagamento

A redução da multa por atraso da anuidade não modificou o perfil de pagamento. Neste ano, por meio de resolução, o CFMV reduziu de 20% para 10% o percentual aplicado sobre o débito. Os relatórios parciais do Setor Financeiro do CRMV-RS indicam que a inadimplência deve se manter nos 20% históricos. O comparativo aponta ainda a manutenção dos 5% que pagam a obrigação ao longo do ano, explicou a chefe do Setor Financeiro, Alda Rodrigues. Até a primeira semana de março, 22,37% das pessoas físicas e 15,93% das pessoas jurídicas optaram pelo parcelamento. Segundo Alda, o balanço do acerto integral tende a ser semelhante ao de 2006. O abatimento para o pagamento a vista foi de 10% neste ano. Até 31 de março, empresas e profissionais registrados no CRMV-RS puderam quitar a taxa sem juros e multa.

Notícias

Estado desencadeia campanha nacional em defesa dos profissionais

Reportagem equivocada da TV Bandeirantes sobre uso de produto veterinário motivou iniciativa

Preocupado com as constantes reportagens equivocadas sobre atuação dos médicos veterinários, o CRMV-RS remeteu aos 26 Conselhos do Sistema CFMV/CRMVs correspondência visando desencadear uma campanha nacional em defesa da profissão. A iniciativa foi motivada por um comentário feito durante o Jomal da Noite, em 15 de fevereiro, transmitido pela Rede Bandeirantes de Televisão, sobre o uso indiscriminado de medicamentos para emagrecimento. O reflexo foi imediato. Diversos Conselhos manifestaram seu apoio à iniciativa do Rio Grande do Sul. O CRMV-SP informou que já fez contatos com veículos de comunicação no sentido de oferecer orientação em reportagens a respeito do exercício profissional.

Segundo o médico veterinário Augusto Langeloh, doutor em Farmacologia, sobre produtos farmacêuticos de uso humano e veterinário, sob a ótica das substâncias ativas (SA) existentes/disponíveis e/ou necessárias para o exercício profissional não há diferença entre os produtos farmacêuticos (PF) e os produtos veterinários (PV). O especialista explica que todas as substâncias ativas disponíveis para uso humano podem ser mais ou menos necessárias no exercício responsável da Medicina Veterinária.

Para algumas patologias a provável demanda de PV não justifica a existência (fabricação) de um PV específico. Neste caso, o médico veterinário pode legalmente prescrever um PF, diz Langeloh. Para patologias em animais, dada a heterogeneidade de espécies com as quais o profissional lida (animais domésticos, de criação, de zôo, de sangue frio), existem PV específicos quando a demanda, o que justifica o investimento

comercial, explica Langeloh.

Segundo ele, neste caso o veterinário é favorecido porque o produto específico contempla as características da espécie, inclusive quanto a concentração: pode ser um problema ter que administrar a dosagem correta de um PF, projetado para um adulto humano de 70 kg ou sua versão pediátrica, a um equino (450 kg), um bovino (600 kg), um cão da raça Chihuahua (2 kg). Outra característica: nem todas as espécies toleram os mesmos veículos ou via de administração. Nestes casos, o PV para ruminante pode não ser adequado para um canídeo, felídeo ou equídeo. Caso específico dos anorexígenos, havia restrições à prescrição desta classe pelo médico veterinário porque a conduta óbvia é diminuir a oferta de alimento ao animal obeso, em geral cão ou gato, pois em várias espécies o interesse do profissional e do criador é que o animal "engorde" o mais rápido possível. As substâncias ativas anorexígenas e os PF que as contêm requerem o uso de receita especial, regulamentado pela ANVISA na Portaria SVS/MS 344 e suas atualizações.

A contestação do CRMV-RS foi imediatamente encaminhada à Rede Bandeirantes, sem contudo, esperar qualquer tipo de explicação, como tem acontecido com outros veículos de comunicação, lamenta o presidente do CRMV-RS, Air Fagundes dos Santos. Após o envio de correspondência aos Conselhos, a Band, no mesmo Jornal da Noite, colocou no ar uma reportagem sobre bem-estar animal, falando positivamente dos Médicos Veterinários, ao mostrar um hospital veterinário no Cairo para tratamento de jumentos com distúrbios "psíquicos", resultantes de maus tratos e excesso de peso dos animais.

RS propõe redução da anuidade de agroindústria

Os Conselhos de Medicina Veterinária de todo o país estudam o impacto financeiro que a redução da anuidade cobrada das agroindústrias causaria na arrecadação. O valor é definido a partir do Capital Social informado pelas empresas. As agroindústrias estão na faixa 1, até R\$ 5.320,50, gerando uma taxa anual de R\$ 365,00. A proposta é que a faixa alternativa englobe empresas com capital social máximo de R\$ 2,5 mil. A análise foi solicitada pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV). A sugestão de criar uma nova faixa, com anuidade mais barata, foi encaminhada pelo Estado. A deliberação deve ocorrer no segundo semestre.

No RS, a atual faixa concentra 57% das pessoas jurídicas registradas no CRMV-RS. "Num primeiro momento, haverá queda na arrecadação, em compensação, mais empresas se registrarão", estima o chefe do Setor de Fiscalização, José Pedro Soares Martins. De acordo com a Secretaria Geral do CRMV-RS, 830 empresas estão em processo de registro. Martins acredita que boa parte delas efetivaria o vínculo com a redução do valor da anuidade. O assessor de Política Agrícola da Fetag, André Raupp, também considera que a decisão seria um incentivo. "Qualquer medida que venha a reduzir custos é positiva." Para o presidente do CRMV-RS, Air Fagundes dos Santos, a decisão tem de ser ágil, pois há estados que estão cobrando taxas negociadas das agroindústrias, descumprindo a legislação.

Em defesa da Medicina Veterinária
Que falem da profissão, mas que falem bem!

Em 15 de fevereiro, como faço de costume, liguei a televisão para assistir ao Jomal da Band, e tive o prazer de ter que ouvir um comentário sobre um tema eminentemente técnico feito por um leigo. Para minha total surpresa, o jornalista Joelmir Beting, do qual sempre fui grande admirador pelos posicionamentos coerentes e inteligentes, fez um comentário infeliz, irônico e pejorativo sobre a profissão médica veterinária da qual sou Presidente do Conselho Regional no Rio Grande do Sul - CRMV-RS. Em sua participação, Joelmir, ao comentar sobre o uso indiscriminado de medicamentos para emagrecimento, assumiu que estava sendo notícia naquele momento, disse "que qualquer uma receita medicamento para emagrecer, até veterinários." Não satisfeito em sua ironia, acrescentou "que as pessoas usam pomadas para cavalos, e perguntou: o e fígado como fica?"

Entre outras incoerências que a nossa memória, como Médico Veterinário, se negou a registrar. Ora, será que um homem culto de comunicação como Joelmir Beting considera o "veterinário como" qualquer um." Pois saiba que, após realizar um curso (superior) com mais de 4.000 horas, é um profissional habilitado a tratar de diversas espécies de animais domésticos e de zoológico. Além disso, a farmacologia e a terapêutica mundial tiveram e têm grande contribuição dos Médicos Veterinários? Convém lembrar que os produtos, sejam eles de uso humano ou de uso veterinário, são testados na maioria das vezes em animais. E que nos testes de novos medicamentos com a contribuição dos animais, por força da Lei 5.517/1968, é de responsabilidade do Médico Veterinário. E nem precisamos ir longe, basta pesquisar para saber que entre as grandes autoridades em farmacologia, virologia, patologia, hoje, no Brasil, estão inúmeros doutores, Médicos Veterinários, de Universidades e Centros de Pesquisas.

O ilustre comentarista não deve saber, caso contrário não teria feito tão infeliz comentário na TV, que as substâncias ativas usadas nos medicamentos da linha humana, de maneira geral, são as mesmas usadas em animais, e vice-versa. Portanto, seu comentário foi infeliz. Mas, se porventura tivesse o mínimo conhecimento sobre farmacologia, ainda assim, seu comentário seria desrespeitoso com todos os profissionais brasileiros pela forma como foi feito, e isto, como representante de uma categoria composta de mais de 7 mil profissionais no RS, é inaceitável. O Médico Veterinário pode, sim, prescrever "medicamentos para emagrecer" (são os anorexígenos, substâncias ativas de uso estritamente controlado por receitas especiais, conforme regulamentado pela ANVISA) para animais, desde que decida, ao fazer exame clínico, que esta é a melhor solução para o paciente (do contrário recomendaria que o proprietário simplesmente oferecesse menor quantidade de alimento ao obeso). Infelizmente, o Médico Veterinário pouco pode fazer se o proprietário decidir ele próprio ingerir esta medicação à procura dos possíveis efeitos estimulantes. Para finalizar, que eu saiba como Presidente do CRMV-RS, nenhum Médico Veterinário gáucha está "receitando" medicamentos para emagrecimento de pessoas e muito menos "pomadas cavalares", como o ilustre comentarista mencionou em sua infeliz locução para milhares de ouvintes de todo País, em horário nobre. Lamentável.

Air Fagundes dos Santos
Presidente do CRMV-RS

Notícias

Veterinário defende mudança no tratamento de animais na Capital Transferência do Canil Municipal para o Meio Ambiente está em estudo

Médicos veterinários ligados a Organizações Não-Governamentais querem mudanças na política relativa ao tratamento dos animais de rua em Porto Alegre. Os profissionais estão reivindicando que a administração do Canil Municipal seja transferida da Secretaria de Saúde para a Secretaria do Meio Ambiente. Segundo a veterinária Anamaria de Brenner Lima, integrante do grupo que realiza mutirões de esterilização de caninos e felinos na Capital, isso contribuiria para a mudança de foco. Ela explica que é necessário modificar a política de extermínio os animais de rua e adotar a controle populacional por meio da castração, seguindo o que preconiza a Organização Mundial da Saúde (OMS). Aluta já dura cinco anos.

Cálculos extra-oficiais indicam que há 300 mil animais de rua em Porto Alegre. Atualmente, inexistente uma política de controle. Estamos fazendo o papel da prefeitura", lamenta Anamaria. Além da

preocupação com o bem-estar animal, a médica veterinária destaca a questão econômica. Segundo ela, o custo da castração é inferior ao da eliminação feita pelo município. A média não passa de R\$ 16,00. A Prefeitura de Porto Alegre está, aos poucos, aderindo ao programa voluntário de mutirões de esterilização de animais domésticos, desencadeado por ONGs e médicos veterinários. Em 2006, foram realizados em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a

ONG Eu Gosto de Bicho e o site Porta-Voz Animal, dois mutirões com castração de 300 animais. O principal objetivo é evitar novas ninhadas e o posterior abandono.

Neste ano, a meta é realizar 12 mutirões, especialmente em vilas da Capital, como a Chocolata e a Maria Degolada, locais de proliferação intensa das ninhadas e onde a população não tem acesso aos serviços veterinários. Para expandir as ações, o grupo busca recursos para compra de material e para remunerar os médicos veterinários. Já foi pleiteado à Prefeitura uma verba mensal de R\$ 3 mil para cobertura dessas despesas. O grupo também batalha verba para comprar microchips. Na última operação, em março, foram castrados 81



Profissionais que trabalham voluntariamente planejam 12 mutirões em 2007

animais, mas somente 60 receberam o microchip. O sistema permite monitorar a população já castrada, evitando uma nova esterilização.

O projeto de castração tem autorização do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Rio Grande do Sul (CRMV-RS). De acordo com o presidente Air Fagundes dos Santos, o Código de Ética não permite o atendimento gratuito, mas, como o trabalho é social, o CRMV-RS autorizou as cirurgias em 2007. Para isso, foi redigido um documento que estabelece o nome dos profissionais envolvidos. Nas vilas, além dos produtos, do transporte dos animais e dos recursos humanos, está sendo necessário o auxílio de assistente social para explicar as pessoas o que será feito. "Muitas resistem e precisam ser convencidas de que não acontecerá nada de ruim com o animal."



ONGs solicitam maior apoio da Prefeitura Municipal para castrações

Fórum de Zootecnia em Belo Horizonte sugere alteração na Lei

O Rio Grande do Sul participou, em março, do Fórum dos Zootecnistas, em Belo Horizonte (MG). No encontro, foi elaborado um documento nacional com sugestões para atualizar a resolução que estabelece o campo de atuação do zootecnista. O texto foi enviado ao CFMV, que detém o poder de editar resoluções neste sentido. Segundo a conselheira suplente do CRMV-RS, zootecnista Angélica dos Santos foram apresentadas propostas de adequação à realidade de mercado, alterada em relação à legislação vigente.

O Fórum ocorre anualmente e reúne profissionais que participam de diretorias de Conselhos Regionais de Medicina

Veterinária. Ainda em março, o presidente do CRMV-RS, Air Fagundes dos Santos, instalou a Comissão de Ensino da Zootecnia. Na ocasião, foi elaborado um documento a ser enviado à UFSM e UFPel sobre para a contratação de zootecnistas para atuarem nos cursos de Zootecnia nas suas extensões em Dom Pedrito e Palmeira das Missões. A Comissão é constituída pelos zootecnistas Braz Roberto Schettini, Irineu Zanella, Paulo Roberto Nogara Rorato, Angélica Pereira dos Santos, Marcelo Bortoluzzi Cadore e Luciana Pötter. Os



Comissão de Zootecnia levou posse em março no auditório do CRMV-RS

suplentes são José Braz Mariosi, José Bracini Neto, Paulo Demoliner, Paulo Bracini e Aline Kellerman de Freitas.

Debates

Rastreabilidade do campo ao consumidor



Foto: D. Magalhães/CRMV-PR

Nos atuais dias é dada maior importância para as enfermidades de recente aparição e os velhos e novos problemas de contaminação de alimentos. Por isso e em particular devido a doença da Vaca Louca e a febre aftosa tratam-se de intensificar esforços sistêmicos que devem ser observados em todo o mundo. A identificação do animal é uma exigência dos mercados externos como União Européia, Estados Unidos e Chile, com objetivo que o consumidor saiba a origem do produto que irá ingressar em seu país. É de extrema importância o rastreamento de todo o rebanho gaúcho e nacional para preservar o status de país livre do Mal da Vaca Louca e, tão logo, reconquistar a condição de livre de febre aftosa sem vacinação.

Nos últimos anos, existiu a necessidade de adequação de toda a cadeia produtiva, orientando para a nova realidade e exigência dos mercados compradores, principalmente com respeito à sanidade animal, qualidade e inocuidade dos alimentos. O objetivo principal é certificar a sanidade, a qualidade das carnes bovinas de exportação, utilizando metodologias de rastreabilidade compatíveis para consolidar os atuais mercados e possibilitar o acesso a outros de maior valor.

Por fim, a rastreabilidade traz inúmeros benefícios para a cadeia produtiva da carne bovina, entre eles, dar informações de forma rápida a qualquer setor, seja público ou privado; conservar mercados e consolidar outros; garantir aos consumidores a inocuidade de nossa carne; certificar processos de produção ao longo de toda a cadeia; criar marcas e determinar rendimentos (carcaças e cortes).

A melhora do controle e da erradicação de enfermidades dos animais, a certificação de origem, certificação sanitária dos rebanhos, a melhora o manejo e da genética e a transparência no comércio de animais e de carnes são outros fatores benéficos à cadeia.

Rafael Moraes Renner
Médico Veterinário

Especialista em Qualidade da Carne
Certificador de Carcaças Bovinas

Especialista, Auditor e Consultor em Bem Estar Animal.

Rio Grande do Sul estuda impactos potenciais do aquecimento global na agricultura

Pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) estudam os impactos potenciais do aquecimento global na produção agrícola no Sul do país. As simulações desenvolvidas até agora apontam para a redução de rendimento e produção de importantes culturas, como trigo e milho, alerta o engenheiro agrônomo Moacir Antônio Berlatto, professor de Agrometeorologia da Faculdade de Agronomia da UFRGS. "Estamos verificando tendências, mudanças climáticas já ocorridas e projetando diversos cenários de aquecimento." O arroz irrigado produzido no Estado também corre riscos. Conforme o pesquisador, um estudo do Instituto Internacional de Pesquisa do Arroz, das Filipinas, indica que cada um grau de elevação na temperatura noturna pode causar uma redução de 10% na produtividade do grão neste sistema.

Estudos internacionais já demonstram reflexos reais na colheita de produtos essenciais para a dieta dos seres humanos no planeta. Entre 1981 e 2002, o aquecimento global reduziu a produção combinada de trigo, milho e cevada para cerca de 40 bilhões de toneladas métricas ao ano, provocando perda. O estudo foi divulgado recentemente pela revista *Environmental Research Letters*. Segundo pesquisadores do Carnegie Institution e do Laboratório Nacional Lawrence Livermore dos Estados Unidos, o aumento das temperaturas significou uma perda de US\$ 5 bilhões.

A conclusão dos cientistas se baseou em um estudo comparativo de números de produção gerados pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) e as precipitações pluviométricas nas principais regiões agrícolas do mundo. Os cientistas manifestaram que as colheitas de vários produtos responderam negativamente às temperaturas mais altas e se reduziram entre 3% e 5% por cada grau Fahrenheit de aumento. Os cientistas concentraram sua investigação nas colheitas de trigo, arroz, milho, soja, cevada e sorgo, que representam perto de 55% das calorias não derivadas da carne consumidas pelos humanos.

O relatório do Painel Intergovernamental para Alterações Climáticas (IPCC) divulgado recentemente sobre as consequências do aquecimento global para o planeta constata, entre outras previsões, que até o fim deste século, a temperatura da Terra pode subir de 1,8°C até 4°C. O nível dos oceanos vai aumentar de 18 a 59 centímetros até 2.100, podendo levar 200 milhões de pessoas a abandonarem suas casas.

Sistema de Alerta economizará R\$ 5 bi

O governo colocará em operação, no final de 2007, o Sistema Brasileiro de Alerta Precoce de Seca e Desertificação. Técnicos do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) definiram o modelo do sistema. Inicialmente, ele será operado de forma "piloto", em benefício de cerca de 20 municípios em nove estados da região Nordeste e dos estados

de Minas Gerais e do Espírito Santo.

O sistema-piloto custará pouco diante da economia que pode propiciar. Segundo o coordenador do PAN-Brasil, José Roberto de Lima, a criação e operação do instrumento sairá por cerca de R\$ 2 milhões. Quantia baixa, considerando que, ao antever a ocorrência de seca e da desertificação, e tomar medidas preventivas, o governo deixará de gastar cerca de R\$ 5 bilhões em medidas de emergência para enfrentar o problema quando ele já está instalado. Verbas empregadas em frentes de trabalho, socorros de carros-pipa, fornecimento de cestas básicas, entre outras providências corriqueiras durante a vigência desses períodos. Com a iniciativa, o Brasil se torna país pioneiro no mundo na adoção de medidas preventivas na área. "Estamos cumprindo um compromisso assumido com a ONU. Largamos na frente", afirmou Lima.

O mecanismo de prevenção contará com o satélite combinado com outros recursos, como o mapeamento das correntes climáticas, a análise de séries históricas, inclusive de fenômenos como El Niño e La Niña. "Depois da fase de testes, ao longo dos dois anos subsequentes, pretendemos estender os benefícios do sistema a todas as regiões do País onde se façam necessárias." Além de identificar com precisão futuros problemas de seca e desertificação, o mecanismo prevê que o governo atue em políticas públicas integradas.

Presença de veterinário cai apesar do avanço dos laticínios

Puxado pela recente alta nos preços internacionais de laticínios, em função da menor oferta no exterior, o Brasil se prepara para impulsionar as exportações em 2007. Conforme o presidente da Comissão Nacional de Pecuária de Leite da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Rodrigo Alvim, os embarques brasileiros devem crescer devido a fatores como o aumento do consumo de laticínios pela União Européia e a queda da produção australiana por conta da seca. O Brasil exporta leite em pó, leite longa vida, leite condensado, creme de leite, leite evaporado, queijos e requeijões, manteiga, soro de leite e soro de manteiga. Em 2006, as importações passaram de US\$ 121,1 milhões, em 2005, para US\$ 154,6 milhões no ano passado.

Apesar do cenário positivo, o CRMV-RS alerta para os riscos de comprometimento da

qualidade da produção. Segundo o presidente do CRMV-RS, Air Fagundes dos Santos, com o objetivo de diminuir custos, empresas e cooperativas estão terceirizando os serviços veterinários ou reduzindo o quadro desses profissionais. Na avaliação de Santos, esse fenômeno, que se intensificou na última década, pode, a longo prazo, prejudicar a bacia leiteira do Estado, principal atividade de cerca de 80 mil famílias. A Fetag/RS tem discutido a necessidade de ampliação da assistência técnica. O presidente da Fetag, Elton Weber, acredita que o problema poderia ser resolvido com subsídio das indústrias.

Neste contexto, a Cooperativa Piá, pode ser considerada um "Oásis". Na cooperativa, criada em 1967, impera mais que uma política de gestão, uma filosofia de fortalecimento da produção por meio da assistência técnica veterinária,

agronômica e zootécnica. Na cooperativa, fomento é sinônimo de investimento. Conforme o diretor Técnico de Política de Leite da Piá, Gilberto Kny, a manutenção da estrutura de assistência técnica deve ser estratégica dentro de empresas e cooperativas. Na Piá, nas últimas três décadas, o número de médicos veterinários cresceu na proporção do incremento da produção. Hoje, 11 profissionais atendem diretamente 2,7 mil produtores em 73 municípios. Em 1978, eram dois veterinários para 500 produtores.

Kny alerta para um outro fator fundamental: a fidelização. Os técnicos terceirizados atuam junto a produtores de diversas empresas, enfraquecendo o elo institucional. "O produtor fica fragilizado, traça menos metas e entra num quadro de desestímulo. Com o tempo, isso compromete volume e qualidade de produção."

Conselhos de Medicina Veterinária definem novas ações no Paraná



Defesa da constitucionalidade da Lei 11.000 foi um dos principais assuntos

Representantes de Conselhos Regionais de Medicina Veterinária solicitaram no último dia 2, em Brasília, que o Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) pressione o Executivo para que a Lei Federal 11.000/04 seja julgada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF). O presidente do CFMV, Benedito Arruda, garantiu que já há articulações políticas neste sentido. A legislação, que dispõe sobre o direito de fixação dos valores das anuidades pelos Conselhos Federais, enfrenta uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN). Uma decisão favorável pode fortalecer o ingresso de ações judiciais contra a cobrança da taxa nos estados, especialmente os menores, que não sobreviveriam à perda da arrecadação, explica Carlos Reinhardt, relator do Grupo de Trabalho Jurídico da 3ª Reunião Administrativa dos CRMVs da Região Sul, ocorrida em março, em Foz do Iguaçu (PR).

No encontro, também foi discutida a implantação de um programa de gerenciamento financeiro que possibilite o pagamento de contas on-line. Conforme os técnicos, o programa do Banco do Brasil reduz os riscos de transporte de cheques, entre outras vantagens. Também foi apresentado um projeto de Marketing Profissional oferecido pela RBS ao CRMV-RS. Para o presidente do CRMV-RS, Air Fagundes, o Encontro Administrativo demonstra, a cada edição, a carência de um espaço para debate do problemas comuns. Prova disso é que, nesta terceira rodada, participaram representantes de cinco estados que não integram a Região Sul do país. "Queremos envolver os servidores, o que acaba não acontecendo na Câmara de Presidentes", esclarece Fagundes.

Em 2006, foram realizadas reuniões em Florianópolis (SC) e em Porto Alegre (RS). Dos 17 itens acordados nas discussões anteriores, seis se tomaram realidade nos últimos oito meses. O restante depende de aprovação do CFMV. Conforme o chefe do Setor de Fiscalização do CRMV-RS, José Pedro Martins, o debate apontou a necessidade de padronização da fiscalização no país. Além dos presidentes dos CRMVs da Região Sul, também participaram da reunião representantes dos Conselhos de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. A 4ª Reunião Administrativa aconteceu nos dias 23 e 24 de agosto, em Porto Alegre.